

**Esclarecimento 24/08/2020 11:14:43**

QUESTIONAMENTO 01: SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO 11.1.3. Habilitação jurídica: b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores; No tópico que trata da Habilitação Jurídica, entendemos que a apresentação do Contrato Social ou Estatuto, deverá ser através de cópia autenticada. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a JUCERJA (Junta Comercial) já opera com o sistema de chancela digital e pode ter suas autenticidades confirmadas através do site do Órgão, conforme descrito no rodapé dos documentos, de acordo com o publicado no DOERJ de 19/04/2013 e amparo normativo Deliberação JUCERJA nº 74/2014. Ainda sobre o tema, vale destacar a fundamentação legal sobre a validade jurídica dos documentos com a certificação digital está prevista no art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. "Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras." Desta forma, a produção de vias autenticadas junto aos Cartórios não é necessária, pois, em razão da chancela eletrônica contida nos respectivos documentos, estes equivalem à via original emitida pelo Órgão podendo, assim, nos abster da autenticação cartorial para o Contrato Social. Nosso entendimento está correto? QUESTIONAMENTO 02: 11.1.3. Habilitação jurídica: e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. e.1) Termo de Autorização ou Contrato de Concessão para a prestação de serviço móvel pessoal (SMP), subscritos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência. (Anexo I do Edital). Entendemos que a apresentação, somente, da publicação no Diário Oficial da União (DOU) dos Extratos de Autorizações celebrados entre a Anatel e a licitante, onde conste, autorização para prestação dos serviços elencados, atendem as exigências previstas no subitem elencado. Nosso entendimento está correto? QUESTIONAMENTO 03: Do edital SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. 4.1. A licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. TIM: Solicitamos esclarecer se a proposta a ser anexada no sistema antes da abertura da sessão pública será com ou sem identificação do licitante? Caso a proposta tenha identificação, além da planilha de preços, deverá constar a assinatura do responsável em papel timbrado da empresa? QUESTIONAMENTO 04: Do edital SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA. 10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração. TIM: A licitação na modalidade de concorrência por menor preço global visa a eleger a proposta mais barata, apresentada por empresa idônea, para execução do serviço licitado. Desta forma, essa licitante entende que para elaboração da proposta mais vantajosa será admitido que a contratada apresente preços dos serviços unitários simbólicos, irrisórios ou valor zero, considerando que essa redução não irá prover qualquer desequilíbrio financeiro ao contrato, mantendo o preço final de acordo com o praticado no mercado, apenas flexibilizando a margem de preço para os serviços que a contratada possui melhor margem de redução. Solicitamos a nossa participação desta forma. Nossa solicitação será acatada? QUESTIONAMENTO 05: Do edital SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA. 10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis. TIM: De acordo com o ANEXO II do edital, Orçamento Estimativo, na coluna "valor unitário" prevê de forma global os valores dos serviços a serem contratados. Assim, entendemos que para composição de preços será permitido flexibilizar os preços dos serviços sem ultrapassar o preço global estimado por item. Nosso entendimento está correto? QUESTIONAMENTO 06: Do edital SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO. 17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento. Quanto à forma de pagamento, a licitante esclarece que atualmente as operadoras adotam um sistema de faturamento e cobrança moderno, conhecido e aprovado pela ANATEL, baseado em pagamento através do código de barras contido na fatura. Nesse sentido, a licitante solicita que seja estabelecida a possibilidade onde as compensações de pagamento ocorrem automaticamente, se enquadrando corretamente às leis governamentais orçamentárias, como forma de pagamento das faturas referentes aos serviços descritos no objeto deste edital. Nossa solicitação será acatada? QUESTIONAMENTO 07: Do ANEXO I, Termo de Referência. 3 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS Alínea c) O critério de julgamento das propostas será o de menor valor total estimado por item; TIM: Entendemos que será permitido ao licitante o cadastramento da proposta somente nos itens que possui cobertura. Nosso entendimento está correto? QUESTIONAMENTO 08: Do ANEXO I, Termo de Referência. 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA k) encaminhar ao Edifício-Sede do Tribunal as faturas, em até 15 (quinze) dias antes do vencimento, com os valores devidos pela utilização do serviço, sem quaisquer ônus adicionais, da seguinte forma: TIM: O pagamento da conta telefônica não pode divergir da norma contida na Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) - que aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal. Frisa-se que a licitação para serviços de telecomunicações, dentre os quais os de telefonia celular, possuem regência pela ANATEL, cuja normatização vincula o modo e os critérios da prestação do serviço, estando as operadoras adstritas a tal regramento que determina o prazo de entrega da fatura com antecedência mínima de cinco dias da data do vencimento. QUESTIONAMENTO 09: (i) "e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato". TIM: Entendemos que a responsabilização pela reparação pelos danos causados deverá ser observada apenas em caso de danos diretos e desde que esses danos sejam devidamente comprovados, garantindo à TIM o contraditório e a ampla defesa. Nosso entendimento está correto?

**Resposta 24/08/2020 11:14:43**

1- não é necessária cópia autenticada. Convém lembrar de que os documentos de habilitação devem ser previamente juntados no sistema, concomitantemente com a proposta eletrônica, ou pelo menos constarem no SICAF. 2- Sim, ratificando que a publicação do extrato deverá ser suficientemente clara quanto à comprovação de que a empresa possui autorização ou concessão para a prestação de serviço móvel pessoal (SMP), subscrita pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 3- a proposta eletrônica do sistema não pode conter identificação da licitante. Já a proposta escrita, que é anexada por meio de documento, pode ter identificação, mesmo porque os documentos anexados (proposta e habilitação) somente serão disponibilizados para avaliação pelo Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. Assim, a proposta eletrônica, que é aquela a ser consignada no campo descrição do sistema, não pode conter identificação. Já a proposta escrita, anexada por meio de documento, essa sim pode conter identificação, sem qualquer problema, haja vista que só podem ser cheçadas após a fase de lances. 4- Trata-se de exceção prevista na regra. Se esses preços unitários estiverem de acordo com o valor de mercado ou se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração, não há problema. Se for exequível a proposta e obedecer a esses critérios, a proposta será aceita. Deve-se ter cuidado, obviamente, com a exequibilidade da proposta, a fim de que a empresa tenha condições de cumprir o ajustado. 5- Sim. Encerrada a negociação, o Pregoeiro solicitará, à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, o encaminhamento, através da opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 2 (duas) horas, arquivo contendo a planilha de custos e formação de preços, nos moldes das planilhas constantes nos Anexos A a J do Termo de Referência (Anexo I do Edital). O não envio das planilhas de custos e formação de preços importará na desclassificação da proposta da licitante, sujeitando-se a licitante às sanções previstas neste Edital. Quanto a análise da aceitabilidade, não poderá ser ultrapassado o valor global estimado pela administração. Quanto aos preços unitários não há limite máximo de aceitabilidade, desde que obedecido o valor global, o que será observado é a exequibilidade deles e o quanto respondido no questionamento 4. 6- Sim, será acatada, quanto à possibilidade da cobrança da fatura por meio de código de barras. 7- Sim. São 10 itens licitados. A licitante pode cadastrar proposta para um item dos 10, alguns itens dos 10 ou para todos. Deve atentar somente para a região de cada item (há itens que cobrem mais de um município). Assim, cadastrando proposta para o item, deverá cobrir todos os municípios dele, conforme consta nos Anexos A a J do Termo de Referência correspondentes a cada item. 8- Não. A norma da ANATEL prevê o prazo mínimo de antecedência. Sendo possível às partes estipularem lapso diverso, fica mantida a exigência do Termo de Referência quanto ao prazo de antecedência fixado (15 dias antes do venvimento). 9- Sim, devendo contudo ter em consideração a responsabilidade subjetiva da empresa, no que diz respeito a seus empregados, sempre resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.